

Conflito

Alfabetização de índios provoca polêmica

Presidente do diretório do PT acha que o programa está inserindo cultura e valores dos homens brancos

CARLOS RATTON
 Da Sucursal

A política já vem invadindo as aldeias indígenas de Mongaguá e dividindo opiniões. Na última quinta-feira, o presidente do Diretório do Partido dos Trabalhadores da Cidade, Guilherme Coelho de Souza Nascimento, e o tesoureiro do partido, Astrogildo Donner, enviaram um pedido ao procurador da República em Santos, Antonio José Donizete Dalóia, para a abertura de inquérito civil público contra a Prefeitura de Mongaguá. Eles questionam a didática implantada no Programa de Alfabetização Indígena (PAI), em que as crianças das aldeias indígenas do município estão tendo o primeiro contato com as letras, por meio do Projeto Integração, desenvolvido pelo Departamento de Promoção Social.

Com uma unidade volante (um ônibus transformado em sala de aula), os indiozinhos estão aprendendo a ler e escrever, além de ter conceitos de higiene e saúde.

Para os dirigentes, o PAI está aculturando os índios, inserindo cultura e valores dos homens brancos. Os petistas informam, no ofício enviado ao procurador, que a Administração Municipal não vem tendo cuidados com os preceitos mínimos no trato com as populações indígenas, envolvendo-as em festejos da Páscoa e outras comemorações.

“Estão promovendo uma



Astrogildo e Guilherme querem abertura de inquérito civil

aculturação dos índios que vivem em Mongaguá. Há um desrespeito total com as diferenças, principalmente quanto à cultura e à religião. O poder público, ao invés de procurar preservar os costumes, promove uma espécie de imposição civilizada, o que é muito ruim para as tribos”, comenta Guilherme Nascimento.

No ofício, os dirigentes salientam que o PAI revela uma maneira agressiva e dissociada de qualquer cultura histórica concebida pelas populações indígenas e demonstra ausência de propósitos sérios no que diz respeito à atividade educativa desenvolvida.

Os petistas informam que a Constituição Federal, artigos 231 e 232, bem como os artigos 215 e 216, impõem o máximo de respeito para com os índios,

sua cultura e tradições, que não está sendo observado no PAI.

“A Constituição protege as diferenças e a cultura indígena como maneiras de preservar a saúde, a educação e os costumes. O programa não está levando em consideração estes aspectos”, comenta Donner.

Cacique — O cacique da Aldeia Itaóca, Luiz Karai, está de acordo com os argumentos dos petistas. Ele afirma que a educação que está sendo imposta pela unidade volante não é justa. “Em Itaóca eu não aceito isso. O processo está prejudicando o aprendizado e a cultura indígena. A didática deve ser transmitida do Tupi-Guarani para o Português, e não ao contrário, como vem sendo feito”, salienta.

Cacique apóia o ensino da língua

Enquanto recebe críticas de uma parte, o PAI, que a Prefeitura desenvolve desde 1997 na aldeia Guarani do Aguapeú, foi elogiado pelo cacique Libório Martins Silva. Na opinião do líder, existe a necessidade dos integrantes da tribo conhecerem a língua portuguesa para melhorar a comunicação com o homem branco.

“Considero este projeto importante porque o índio de hoje está mantendo um contato maior com a sociedade branca. Por isso é que queremos aprender a ler e escrever na língua portuguesa”, rebate o cacique.

Para o índio, em nenhum

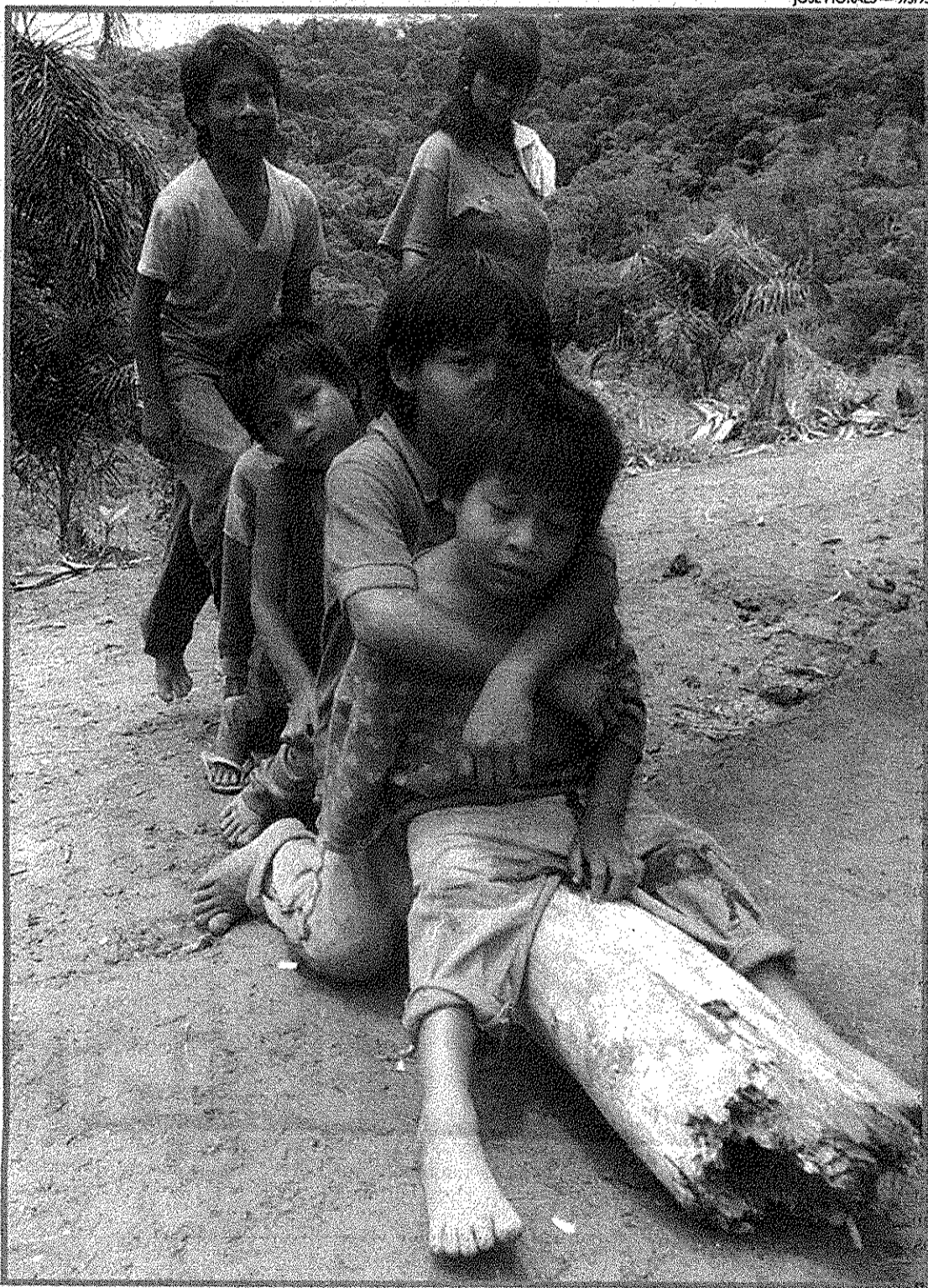
momento do programa houve o risco de o processo de aprendizado exercer influências culturais brancas sobre a sua tribo. “Nós sabemos separar as coisas. Tudo o que queremos é aprender a ler e escrever e não trazer costumes diferentes para dentro de nossa aldeia, onde falamos apenas o tupi-guarani, a nossa língua oficial”, completa Libório Silva, alertando que a língua portuguesa é utilizada apenas quando eles mantêm contato com o homem branco.

Preparação — Segundo a coordenadora do PAI, professora Maria Regina Rodrigues Pavarini, o programa nasceu com o propósito de preparar o

índio para participar da sociedade sem, contudo, influenciar na sua cultura.

“Esta hipótese nem deve ser cogitada, afinal, estamos trabalhando em conjunto com os líderes daquela comunidade. O cacique Libório inclusive participa das aulas. Trata-se de um projeto social, criado para dar à população indígena mais conforto e comodidade sempre que ela interagir com a nossa sociedade”, explica a coordenadora.

Três professoras trabalham na Unidade Volante de Ensino, no ônibus que a Prefeitura de Mongaguá transformou em sala de aula e que atende a 13 adultos e várias crianças.



Os indiozinhos aprendem a ler e escrever em um ônibus transformado em sala de aula

Historiadora defende modernização

A pesquisadora, historiadora e especialista em Folclore Brasileiro, professora Graziela Diaz Sterque, não vê qualquer problema no sistema de alfabetização adotado pelo PAI de Mongaguá. Para ela, as aldeias do município estão muito próximas da civilização e é natural que os índios, principalmente os mais jovens, dispersem para a modernização.

“Nessas circunstâncias, os

índios não podem ficar longe da civilização branca. No meu entender, o PAI não interfere nas tradições indígenas. Um exemplo são os programas desenvolvidos pela Funai no Parque Nacional do Xingú, que reúne várias tribos, e nem por isso os índios são descaracterizados”, explica Graziela.

A historiadora salienta que não acredita que esteja havendo qualquer tipo de invasão ou

troca de valores da tribo. Para ela, a Prefeitura de Mongaguá pensou muito bem, dando oportunidades aos índios mais jovens de competirem com a juventude branca.

“Eles têm inclusive chance de se defender e procurar seus direitos como cidadãos. Se a integração não valesse a pena, a Funai não continuaria com seu trabalho. É como se diz: integrar para não entregar”, defende.

FÁBIO OLIVEIRA — 22/7/99

JOSÉ MORAES — 9/3/93